

UMA ESTRATÉGIA PARA A BIBLIOTECA PÚBLICA

Francisco das Chagas de Souza (*)

As instituições culturais são bens sociais. Dentre elas está a Biblioteca Pública que atualmente tem atribuições equívocas, na medida em que desenvolve um trabalho pertinente a bibliotecas escolares e comunitárias.

1. BEM PÚBLICO E INSTITUIÇÃO PÚBLICA

A Biblioteca Pública, assim como o Museu e o Arquivo Público, são significativos bens sociais.

O Museu Histórico tem como principal função preservar o passado cultural do povo, servir de espelho das realizações e manifestações passadas, permitindo que as gerações de hoje possam refletir e guiar-se por caminhos mais seguros.

O Arquivo Público, funcionando como um guardião da memória oficial escrita, é o preservador das orientações e realizações dos órgãos públicos em qualquer época, conservando os atos dos governantes do passado e informando porque chegou-se à situação presente. E esse constante presente só pode ser refletido com base nos atos históricos que estejam preservados nas instituições que têm essa finalidade. Sob esse enfoque o Arquivo Público tem uma notável função, sendo o seu papel de preservador da memória oficial merecedor do maior respeito e da maior atenção, não se concebendo que a maioria venha funcionando como simples e descuidado repositório de documentos públicos, entregues às vicissitudes do tempo e do meio ambiente.

A forma de sua manutenção, a estabilidade dos materiais

(*) Bibliotecário do IPLANCE, com Mestrado em Biblioteconomia

guardados, a acessibilidade ao acervo são pontos da mais significativa importância, existindo normas e recomendações internacionais que regulam seu funcionamento e sua organização.

Quanto à Biblioteca Pública, seu primeiro e mais importante papel é a preservação das manifestações escritas da intelectualidade do Município, do Estado e do País onde está instalada. Deve ter preservada e em boa condição de uso a produção escrita realizada pelos naturais do território, sobre qualquer assunto, em qualquer idioma e publicada em qualquer parte do mundo; deve possuir, ainda, qualquer documento que faça menção ao Estado, Município ou País, produzido em qualquer parte do mundo, sob qualquer ponto de vista, independentemente a filosofia ou credo político de quem o elaborou; também precisa manter quaisquer estudos feitos em qualquer lugar do mundo sobre os filhos do território, seja publicado em livro, jornal, revista ou outro meio; precisa manter, de acordo com os padrões técnicos recomendados, as pesquisas desenvolvidas por órgãos oficiais ou semi-oficiais cujo caráter seja diferente dos atos oficiais, pois estes ficarão preservados no Arquivo Público.

Depois de realizada essa tarefa significativa, que se chama a seleção ou a política de seleção do acervo, ou paralelamente, pois a atividade da biblioteca está sempre em processo, virá o segundo papel dos mais significativos que é o de dar acessibilidade ao pesquisador, seja ele historiador, sociólogo, antropólogo, bibliógrafo ou outros, para quem os documentos impressos sejam necessários e desejados.

À Biblioteca Pública deve ser também atribuída a função de controle bibliográfico, isto é, informar o que se está publicando no Município, Estado ou País. Para isso deve elaborar listas das publicações editadas no âmbito público e privado.

Por outro lado, a Biblioteca Pública deve ser a principal assessora dos governantes no que diz respeito à elaboração de planos culturais, ao nível de cultura impressa e a exclusiva depositária da produção gráfica não-oficial emanada dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário sediados em seu território.

Realizando todas essas tarefas e mais outras emergentes de sua própria dinâmica, à Biblioteca Pública não caberá o papel de fonte à audiência escolar e à própria audiência de um público geral cuja utilização da fonte fuja ao objetivo da pesquisa, na dimensão exata do termo.

Tendo em vista isso e observando-se a realidade da Biblioteca Pública brasileira, percebe-se facilmente a existência de uma grande disparidade entre o que deve ser feito e o que efetivamente é feito nessa área, denotando que essa instituição, no Brasil, está com suas práticas um tanto viciadas, misturando inconseqüentemente o que devem ser suas atribuições com outras não imediatamente suas.

De uma forma geral, a Biblioteca Pública brasileira não tem recebido a devida atenção do poder público. Relegadas a um plano de insignificância, as bibliotecas estaduais e municipais vêm-se descaracterizando continuamente e desgas-tando-se a troco da inexistência de Bibliotecas Escolares e Bibliotecas de Comunidade. E com isso destrói-se de forma lenta e displicente uma instituição pública de indiscutível valor. Por que se faz isso? Que ideologia se tem em mente?

A essas questões, melhor enfoque pode ser dado pelos sociólogos, politicólogos e economistas. Porém, parece que um relativo desejo de sustentação do poder faz com que os dirigentes públicos ainda forcem o obscurantismo da sociedade e a confusão das instituições culturais, mesmo não expressando isso ao nível do discurso.

“Livro é cultura”, “Biblioteca — universidade do povo” são alguns dos chavões freqüentemente utilizados. Apesar disso, não se implementa a difusão do livro, não se implanta bibliotecas nos bairros periféricos, não se aproveita os centros comunitários também para esta atividade. Porém, os centros comunitários são instituições tais que não se justificam integralmente, se ao lado da oferta da prática desportiva, da assistência médico-odontológica, dos cursos rápidos de culinária e corte-costura inexistir a assistência bibliográfica para atender as pessoas e os estudantes das comunidades onde estão instalados.

Essa assistência não universal, incompleta, angustiante faz com que certos indivíduos acreditem que os Centros Comunitários funcionem como mananciais de voto eleitoral, não chegando a satisfazer a comunidade em seus anseios de melhora de vida e nem possibilitando o ajustamento das instituições aos seus respectivos papéis.

Desse ponto de vista tem-se que em não sendo coerente a relação teoria/prática das instituições públicas, isto é, não satisfazendo os órgãos os papéis determinados por sua natureza, ficam uns mais prejudicados que outros ao mesmo tempo em que se desrespeita a sociedade como sustentadora econômica dos investimentos públicos.

2. OS RECURSOS DE SUSTENTAÇÃO

Para a manutenção das instituições públicas em funcionamento, é necessário que sejam alocados recursos administrados pelo governo. Porém, esses recursos podem ser distribuídos em proporções incompatíveis com as necessidades sociais reais, e, em certos casos, não facilmente comprováveis, atendendo a interesses de manipulação política ou manipulação social de certos grupos, por parte dos detentores do poder político.

Sob esse ponto de vista, determinado investimento público pode proporcionar, através de propaganda massiva de sua realização, de seus benefícios imediatos, um certo número de votos eleitorais para o grupo que está no poder, enquanto determinados outros investimentos não ofereceriam tal perspectiva de sustentação política.

Considera-se que o segundo tipo de investimento é bem característico de órgãos culturais, tais como bibliotecas, museus e assemelhados.

Em termos quantitativos, entretanto, o investimento em uma biblioteca de comunidade, por exemplo, não é alto, comparativamente ao que representa em termos de bem-estar social, desenvolvimento da comunidade, etc. Ora, se é assim, por que não se vê tanta aplicação neste setor? Certamente porque, no Brasil, ainda não se sabe capitalizar essas aplicações para a sustentação de grupos políticos.

Também existe a desconfiança de que há comprometimento desses grupos com algumas das indústrias multinacionais que vêm na leitura bem disseminada a possibilidade de o povo conscientizar-se de seus direitos e exigir melhores salários e mais correta relação patrão/empregado. E isso não é desejado pelos empreendedores estrangeiros que vêm na mão-de-obra barata um grande incentivo ao empreendimento econômico e a segurança da submissão desse povo de trabalhadores, cujo ganho salarial não lhe oferece condições de adquirir livros, revistas e jornais.

Mas esses meios de leitura e aperfeiçoamento intelectual do povo não parecem possíveis de ser proporcionados pelo governo dados os entraves colocados por outros grandes interesses. E isso se reflete na insuficiência de recursos de sustentação para a Biblioteca Pública e na não existência de Bibliotecas de Comunidade.

Essa carência de recursos faz da Biblioteca Pública um órgão instável, sem condições de cumprir seus papéis reais,

talvez porque a organização e preservação de meios de pesquisas de forma adequada a transformem num móvel de desestabilização do Poder. Mas pensar nisso é até despropositado, embora uma Biblioteca Pública que possua todos os documentos publicados por quaisquer meios, em qualquer lugar do mundo, sem restrições ao credo político ou filosófico de quem o elaborou, relacionados com os acontecimentos de sua base territorial (Município, Estado ou País), terá tal caudal para o desenvolvimento de idéias de toda natureza que é impossível prever-se o desenrolar de sua utilização.

Essa possibilidade da variada utilização da Biblioteca Pública talvez justifique o temor das classes dirigentes, que não explicitamente parecem reconhecer a autocapacidade do povo de evoluir intelectualmente.

Esse reconhecimento, na medida em que é aceito, provoca uma certa retração entre os governantes em distribuir os meios de educação e cultura de forma integral, possível apenas com bastantes recursos. Como esses recursos são racionados ao máximo, fica impossível a instalação de uma ampla rede de meios, aí incluindo-se as Bibliotecas de Comunidade ao mesmo tempo que o País sofre com uma estrutura incoerente de Bibliotecas Públicas.

3. AS ATIVIDADES REALIZADAS

Os papéis desempenhados pelas Bibliotecas Públicas brasileiras fogem, em boa parte, das suas reais atribuições, sendo, na maioria, papéis apropriados para Bibliotecas Escolares e de Comunidade.

A manutenção de enciclopédias gerais para o uso de escolares; a realização de serviço de extensão de carro-biblioteca; a manutenção de atividades de leitura infantil (hora do conto) são as principais das atividades atuais da Biblioteca Pública.

Umás tantas, particularmente municipais, oferecem ainda jornais da cidade ou de outros Estados, para a leitura de seus freqüentadores.

É louvável que tais preocupações ocorram somente porque são tarefas não realizadas em outras instituições, porém é menos louvável sua realização como atividade da Biblioteca Pública. São atividades que não constam no seu elenco básico de tarefas, desde que lhe fosse possível obedecer a programas sérios e de acordo com sua natureza primeira.

Deve ser respeitada a aplicação de seus dirigentes ao tentarem suprir áreas inexploradas, porém torna-se gratuito esse respeito na medida em que a tarefa só é feita para a manutenção das "portas" abertas, pois é realizada em detrimento das atribuições verdadeiras, comprometendo-lhe como instituição.

A manutenção de Pseudobibliotecas Públicas comprometidas com as atividades próprias de Bibliotecas Escolares e de Comunidade não satisfaz às buscas sociais, pois não atende satisfatoriamente a qualquer grupo.

O que se vem sentindo sempre é a insatisfação do escolar que, não tendo material bibliográfico necessário disponível no colégio, procura a Biblioteca Pública, às vezes distante, custando tempo e transporte e não sendo atendido à altura ou no nível que seria atendido se a organização fosse uma típica Biblioteca Escolar Central. Mas em não sendo uma Biblioteca Escolar Central, como pensam as autoridades escolares que a recomendam, e tentam fazer seus dirigentes, à Biblioteca Pública é creditada a pecha de incompetente, insatisfatória, etc.

Outro público que se ressentido de suas falhas é o grupo infantil, cuja inexistência de atividades de leitura organizada nas Escolas obriga-o a procurá-la. O primeiro sintoma dessas falhas é que a Biblioteca Pública carece de sustentação filosófica para tal realização. Segundo, os grupos de trabalho têm de ser reduzidos, devem ser em pequeno número e, pior, a Biblioteca Pública não é o lugar onde se pode encontrar pessoas treinadas na importante atividade de ler, satisfatoriamente, para um público em formação.

Quanto à atividade de extensão — por exemplo, o carro-biblioteca — está-se introduzindo, no Brasil, corpos estranhos à natureza da Biblioteca Pública. Não se sabe ao certo o significado disso tudo, pois a confusão é a prática corrente.

Talvez não esteja claro para muitas pessoas o que seja a Biblioteca Pública, contudo não se pode deixar de perceber o quanto ela está falhando, mais que para qualquer das situações acima analisadas, ao não atender ao intelectual pesquisador.

Porque sua estrutura está montada de maneira errada, nela não há lugar para o pesquisador histórico, econômico ou social. Algumas Bibliotecas Públicas que pretendem oferecer esse tipo de atenção têm-no feito de forma incompleta e insegura.

O problema todo é conjuntural e possui uma dimensão bem mais larga. Tem-se observado que razões além da técnica e do planejamento bibliotecário é que sempre têm justificado a existência das falsas Bibliotecas Públicas brasileiras.

4. O ALARGAMENTO DAS REALIZAÇÕES

Poder-se-ia propor, mas isso é equívoco e inócuo, um alargamento das atividades da Biblioteca Pública brasileira. Mas como alargar-se atividades quando não se construiu uma estrutura de trabalho filosoficamente orientada para a correção? Como ampliar-se um conjunto de práticas que se está fazendo mas que pertencem a outras instituições, embora de origem comum?

Uma análise racional da Biblioteca Pública mostra de imediato sua insustentável postura, o que implica na inadiável busca de soluções para que ela obtenha condições de trabalho coerentes com sua filosofia.

Isso exige várias coisas. Uma delas é a formação de um 'corpo' bibliotecário realmente orientado para a discussão e compreensão da verdadeira natureza da Biblioteconomia, da dimensão real da biblioteca como um elemento de transformação social.

Para que isso possa ocorrer, é preciso que se mude a perspectiva do ensino da Biblioteconomia no Brasil, o qual possui um conjunto de disciplinas eminentemente técnicas, sem meios termos para um estudo orientado dentro de uma dimensão antropológica.

É claro que vários esforços vêm sendo feitos para que se concretize uma solução, porém ainda está-se no plano discursivo, com possibilidades distantes de aplicação nos próximos anos.

Outra coisa a mudar também é a perspectiva do candidato ao estudo da Biblioteconomia, na maioria das vezes com uma visão mecanicista do mundo e incapaz de, na universidade, autodespertar-se no sentido de buscar uma perspectiva mais dinâmica da atividade humana.

Assim, indivíduos apáticos quanto ao estudo antropológico-histórico, ao receberem uma carga excessiva de disciplinas tecnicistas da biblioteconomia, tornam-se bibliotecários sem uma perspectiva científica de sua atividade e incapazes de

se verem como elementos importantes dentro do contexto social, cultural e econômico.

Essa estreiteza de conhecimentos ou de perspectiva científica resulta em que a Biblioteconomia aparece sempre com objetivos extremamente limitados, desengajada da dinâmica presente, sendo seus profissionais incapazes, em muitos casos, de planejarem com retidão e clareza.

Esses grupos, porém, são os mesmos que vão dirigir as bibliotecas dos mais diferentes níveis, resultando os casos em que se verifica um não coerente estabelecimento de atribuições para as Bibliotecas em geral e para a Biblioteca Pública, em particular.

Com isso em mente, chega-se ao ponto em que alargar as realizações da Biblioteca Pública significa tão-somente recompor o presente quadro de formação escolar-profissional do Bibliotecário oferecendo-lhe não simplesmente um treinamento em catalogação, classificação bibliográfica, indexação, etc., mas outros conhecimentos que justificariam o porquê da utilização dessas disciplinas técnicas na presente realidade.

Como se pode depreender, aquele "tão-somente" explicitado no parágrafo acima tem uma dimensão muito grande. Uma dimensão que envolve a própria epistemologia biblioteconômica e todas as práticas previsíveis.

A responsabilidade, contudo, não é só da formação e prática do profissional bibliotecário. Há que se pensar também no meio em que ele trabalha, as condições de trabalho que lhe são permitidas, as exigências que lhe são feitas.

Em suma, há todo um conjunto de variáveis que limita suas oportunidades de ação. E muitas dessas variáveis certamente se ligam aos aspectos dantes mencionados de pressões políticas, pressões econômicas, interesses maiores que os da sociedade global.

Esse tipo de pressão e confusão de atribuições, apesar de ocorrer em vários tipos de bibliotecas, é mais comum na biblioteca pública e transparece limpidamente ao observar-se o virtual desvio de suas reais atribuições.

5. NOVAS FONTES DE RECURSOS

O problema crucial da Biblioteca Pública no Brasil é a ausência de verbas regulares. Isso, porém, é uma decorrência da própria distorção das suas atribuições básicas, reais.

Se acaso à Biblioteca Pública brasileira fosse dado o seu lugar legítimo, de imediato seria necessário a alocação de recursos extraordinários (em montante e em origem), pois tão vultosos seriam os investimentos no Setor, quanto seriam necessárias outras altas quantias para a implantação de Bibliotecas Escolares e de Comunidade.

Está claro que toda essa discussão se concentra no setor público da economia e quando fala-se em Bibliotecas Escolares não se inclui as das escolas particulares, algumas até bem instaladas.

Mas como se dizia, o problema crucial é a ausência de recursos. De que fontes obter-se? Quais as justificativas a serem dadas para a obtenção de verbas vultosas para implantar-se um Sistema de Bibliotecas de Comunidades, de Bibliotecas Escolares e redirecionar-se a Biblioteca Pública?

As respostas certamente possuem-nas os planejadores oficiais que diariamente bosquejam os caminhos que o Estado deve tomar, ficando a Nação à mercê dos boatos e comentários equivocados.

Repensando as questões acima, pode-se até enxergar o parágrafo precedente como incorreto, pois, dentro do atual rumo das coisas, é de duvidar-se que os heróicos planejadores oficiais saibam mesmo qualquer resposta de forma precisa. Quando muito, continua-se o raciocínio, eles devem possuir respostas tão equivocadas e insatisfatórias quanto às demais que vêm sendo oferecidas à sociedade.

Mesmo assim, ainda que se sujeitando a formulações equívocas, é necessário que se creia na possibilidade de persuadir-se os cérebros do País a pensarem numa saída econômica para a Biblioteca Pública, permitindo-lhe redirecionar-se e assumir o seu verdadeiro papel.

Sobre novas fontes de recursos para a Biblioteca Pública não se pode pensar sem que se estude e se crie condições de aceitação social de suas atribuições básicas. Dotá-la de recursos regulares e maiores e descobrir novas fontes de financiamento paradoxalmente é tão mau quanto a situação atual, pois significa a perpetuidade e o agravamento do erro que a persegue neste País de peculiaridades.

6. UMA ESTRATÉGIA PARA A BIBLIOTECA PÚBLICA

Durante toda esta discussão se tentou levantar pontos de reflexão sobre certos aspectos a serem observados pelos go-

vernantes e planejadores oficiais na determinação de uma Política Nacional de Bibliotecas.

Especial atenção foi dada à Biblioteca Pública, aliás, motivo de todo este trabalho que pretendeu mostrar algumas indicações inequívocas para o estabelecimento de uma estratégia para esta instituição social.

Como foi dito, tanto esta instituição quanto o Museu e o Arquivo Público são fontes de preservação e inspiração da sociedade.

Partindo deste ponto de vista, a existência de uma Política Nacional de Bibliotecas, na qual as atribuições reais de cada uma fossem determinadas por sua natureza, beneficiaria a todas elas e com isso a Biblioteca Pública viria a dirigir sua atenção para atribuições mais específicas e coerentes com sua natureza.

Com isso, sua verdadeira vocação seria preservada, recebendo a Sociedade todos os benefícios advindos do desenvolvimento de um trabalho organicamente estruturado.

Em caráter mais restrito ganharia a comunidade de pesquisadores sociológicos, históricos, econômicos, etc. por saberem contar com todos os meios e condições para o desempenho de suas pesquisas bibliográficas, parte importante de qualquer investigação científica.

Também outros grupos beneficiados seriam os escolares (com bibliotecas em suas escolas ou com uma Biblioteca Escolar Central, a qual poderia ter acervo sempre atualizado em função de suas coleções poderem seguir os programas das escolas) e as Comunidades de Bairros, que tendo bibliotecas — alocadas nos Centros Comunitários ou Centros Sociais Urbanos — mais de acordo com suas carências, não ficariam na incerteza de uma busca bibliográfica, como atualmente ocorre, que lhes consome tempo e transporte, sendo falha porque realizada por instituição cuja competência não é pertinente, por inidentidade de atribuição.

Outro elemento contribuinte para o desenvolvimento de uma estratégia para a Biblioteca Pública é relativo aos recursos de sustentação. Esses precisam ser determinados com clareza e os grupos detentores de poder político e poder econômico serem levados não à anulação do benefício, mas à construção de mecanismos que redundem em seu benefício. Aliás, é melhor pecar por excesso que por omissão, expressão popular que também vale para este caso.

7. LEITURAS COMPLEMENTARES

- ESPOSEL, José Pedro Pinto. A informação — arquivo. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 1., Rio de Janeiro, 1975. **Anais**, v. 1, Rio de Janeiro, IBICT, p. 201-207, 1978.
- QUIMARÃES, José Celso de Macedo Soares. Brasil — uma reforma administrativa. **Carta Mensal**, Rio de Janeiro, 26 (307): 23-43, out. 1980.
- VIEIRA, Ana S. & LIMA, Etelvina. A pós-graduação em Biblioteconomia e a formação de uma liderança nacional. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 1., Rio de Janeiro, 1975. **Anais**, v. 1. Rio de Janeiro, IBICT, p. 133-140, 1978.

Lucilia Helena do Carmo Garçon (*)

INTRODUÇÃO

Na música popular permaneceu, de modo mais evidente, a laço original que une poesia e música (ainda que transformado em alguns de seus aspectos e funções), desde suas origens. O cançãoeiro popular brasileiro, enquanto texto poético, apresenta em suas letras uma grande riqueza e, mesmo, em momentos de grande elaboração, atinge de maneira direta a gosto popular, tornando-se facilmente memorizável. A crítica especializada em literatura começa a interessar-se por manifestações que nem sempre foram muito valorizadas. Análises vlconceituais esclarece:

Pode-se dizer que, de repente, e por circunstâncias várias, toda uma geração de bons poetas escolhe a Música Popular e não o livro, como canal de comunicação. Convém notar a enorme distância existente entre a poesia e a letra poética, e assinalar o supercimento de um grupo de jovens poetas que não apenas ocuparam a letra poética a melhor poesia, mas fazem dela a mais significativa expressão poética do momento.

Aprem-se então, no autor da Música Popular, duas linhas distintas e até contraditórias. De um lado o idioma paraficario, referencial e linear, a emoção fácil de lugar comum, a reduplicação dos ve-

*) Lucilia Helena do Carmo Garçon é professora de Literatura de 1975, foi bolsista em Tese Livre de Universidade de Brasília. Atualmente é Assessora de Secretária de Educação Superior do MEC.